

A. I. Nº - 000.902.368-2/01
AUTUADO - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
AUTUANTE - LUIS AUGUSTO AGUIAR GONÇALVES
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 06.08.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0261-02/02

EMENTA: ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CORREIOS E TELÉGRAFOS. MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTOS FISCAIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. É legal a exigência do imposto do detentor das mercadorias em situação irregular, atribuindo-se-lhe a condição de responsável solidário, por ter realizado serviço postal com mercadoria de terceiro desacompanhada de documentação fiscal. Infração não elidida. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 17/07/2001, refere-se a exigência de R\$142,55 de imposto, mais multa, tendo em vista que foi constatada operação com mercadorias efetuada sem documentação fiscal, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias, fl. 04 do PAF, sendo lavrado o Auto de Infração após intimação fiscal para recolhimento do imposto no prazo de dez dias (fl. 02), sem qualquer atendimento pelo contribuinte.

O autuado impugnou o Auto de Infração apresentando preliminares de nulidade alegando que não foram observadas as regras contidas no Protocolo 23/88, transcrevendo a cláusula primeira do mencionado protocolo. Disse que o serviço postal não é transporte, e a ECT não é uma transportadora. Citou artigos da Constituição Federal, comentou sobre imunidade tributária, de acordo com o art. 150 da Constituição Federal de 1988, transcreveu parcialmente julgado do STF, parte de uma decisão judicial e entendimento de juristas. Esclareceu que serviço postal consiste no recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos, correspondências, valores e encomendas. Comentou sobre a Lei Postal. Disse que a segurança oferecida pelo serviço postal está na inviolabilidade do objeto postal, e que as transportadoras fixam seus preços em função de custos acrescidos de margem de lucro, enquanto a ECT depende de aprovação de tarifas por órgãos do Governo Federal. Quanto ao mérito, argumenta que a legislação do ICMS trata de operações, entendendo o defendente que não se refere a mera circulação física de mercadorias. Disse que a circulação é jurídica e não meramente física. Por isso, entende que deve se configurar uma operação mercantil, e a ECT tem como objeto, atividade de serviço público. Assim, alega que a ECT não pode ser considerada responsável pelo pagamento do ICMS sobre serviço de transporte de objetos postais, mesmo que seja de encomendas. O defendente citou a jurisprudência dos tribunais acerca da não incidência do ICMS sobre o serviço postal executado pela ECT. Por fim, solicitou que o Auto de Infração seja tornado sem efeito ou insubsistente, ratificando o argumento de que o autuado é integrante da Administração Pública, que o serviço de transporte de objetos postais e encomendas não é passível de tributação, lembrando o art. 11 da Lei nº 6.538/78, que estabelece que os objetos postais pertencem ao remetente.

O autuante apresentou informação fiscal mantendo o Auto de Infração, argumentando que:

- A autuação é decorrente de procedimento fiscal realizado de acordo com a legislação.
- A ECT opera como transportadora de bens, funcionando no mercado livre de concorrência em atividade que também pode ser executada pela iniciativa privada. Citou a Lei nº 6.538/78.
- Informou que o fisco não desatendeu às regras do Protocolo 23/88, haja vista que foi constatada a falta de documentação fiscal, lavrado o competente Termo de Apreensão, fornecendo-se uma via do mencionado documento a um representante do autuado, e o preposto da ECT recusou-se a assinar. Citou o art. 940, § 2º, do RICMS-BA.
- Comentou sobre o Decreto-Lei nº 509/69, afirmando que a ECT, por ser empresa, sujeita-se às mesmas regras para entes privados. Comentou ainda, sobre decisão do STF e art. 173 da Constituição Federal, ressaltando que o Auto de Infração foi lavrado em decorrência da responsabilidade solidária, de acordo com a legislação do ICMS.
- Disse que o trabalho de verificação de mercadorias na ECT tem demonstrado que diversas mercadorias encontram-se desacompanhadas de documento fiscal ou estão atreladas à documentação fiscal inidônea.
- Considerando que o procedimento fiscal foi realizado de acordo com a legislação, e que não há motivos para ser decretada a nulidade da autuação fiscal, pede que seja julgado procedente o Auto de Infração.

VOTO

Apreciando as preliminares suscitadas pela defesa, observo que não é da competência desta JF opinar quanto à constitucionalidade da legislação tributária, conforme art. 167, inciso I, do RPAF/99.

Quanto ao argumento de que a ECT é uma empresa pública, está previsto no art. 173 da Constituição Federal, §§ 1º e 2º, que a empresa pública sujeita-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações trabalhistas e tributárias, não podendo gozar de privilégios não extensivos às do setor privado. Por isso, entendo que não se trata de indagar se o serviço desenvolvido pelo autuado está ou não, enquadrado nas hipóteses de imunidade, consignadas no art. 150 da Constituição Federal de 1988, considerando a definição dada pela Lei, quanto aos seus direitos e obrigações tributárias.

Assim, ficam rejeitadas as preliminares de nulidade argüidas pela defesa, haja vista que o PAF está revestido das formalidades legais, e não se encontram os motivos elencados nos incisos I a IV, do art. 18, do RPAF/99.

Quanto ao mérito, constatei que a exigência do imposto é decorrente da responsabilidade solidária atribuída à ECT, tendo em vista que foram encontradas mercadorias sem documentação fiscal, referente a encomenda enviada por SEDEX.

Observo que este fato não foi elidido pelo contribuinte, haja vista que a defesa alegou que o autuado não pode figurar como sujeito passivo, entendendo que a ECT não pode ser considerada responsável pelo pagamento do ICMS sobre serviço de transporte de objetos postais, mesmo que seja de encomendas, que o autuado é integrante da Administração Pública, e que o serviço de transporte de objetos postais e encomendas não é passível de tributação.

Conforme estabelecido no art. 8º, inciso IV, do RICMS/97, não há incidência do ICMS relativamente ao transporte de valores, correspondências e encomendas ou serviços postais da ECT. Entretanto, tal dispositivo regulamentar se refere à não incidência de imposto sobre as atividades desenvolvidas pelo autuado, na condição de transportador das encomendas, sendo que o imposto exigido no Auto de Infração se refere à responsabilidade solidária atribuída por lei ao próprio autuado, em relação às mercadorias que o autuado estava conduzindo sem a respectiva documentação fiscal.

De acordo com o art. 6º, inciso III, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, são solidariamente responsáveis pelo pagamento do ICMS e demais acréscimos legais, os transportadores que conduzirem sem documentação fiscal comprobatória de sua procedência ou destino, ou mesmo, acompanhadas de documentação inidônea.

Dessa forma, verifica-se que a legislação atribui a responsabilidade solidária à ECT por ter recebido e transportado para entrega, mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal exigível, haja vista que no momento da postagem do volume o autuado tem amparo legal para verificar o seu conteúdo, e exigir a respectiva nota fiscal das mercadorias transportadas.

Assim, entendo que está caracterizada a irregularidade apontada no Auto de Infração, sendo devido o imposto apurado pelo autuante.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **000.902.368-2/01**, lavrado contra **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$142,55**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de julho de 2002.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR